

Educação: a opção do desenvolvimento

04 JAN 1996

O GLOBO

AYRTON XERÊZ

E o conhecimento — nele compreendidas a formação acadêmica e a experiência profissional — o verdadeiro fator de valorização das pessoas e a condição indispensável para o desenvolvimento das nações nestes novos tempos.

Posicionar-se para esta nova era mundial é empreender esforços para fortalecer a educação no país e possibilitar o seu acesso às populações menos favorecidas. A educação passa a ser a verdadeira opção para o crescimento com justiça e o principal instrumento para competirmos internacionalmente.

Tornam-se, com isso, obsoletas todas as teorias e tentativas de desenvolvimento equilibrado e de redistribuição de renda que não privilegiam a facilitação e a democratização do acesso ao conhecimento e à informação. Redistribuir renda passa a significar redistribuir conhecimento.

Hoje, a discussão democrática das decisões políticas e o pragmatismo com que a nova economia vem sendo conduzida, conferem maturidade e personalidade

ao país. A efetividade destas conquistas, bem como todas as perspectivas futuras de crescimento, porém, estão sendo postas em xeque pelas grandes transformações pelas quais o mundo vem passando.

A globalização da economia, com a formação de blocos econômicos de interesses comuns, vem levando os países a uma natural especialização na produção de bens e serviços para os quais possuem reais vantagens comparativas. Desta especialização decorrem maior eficiência e produtividade, as quais, por sua vez, acirram a competição mundial. E nesse desafio o verdadeiro diferencial é a informação, é o conhecimento, e não mais somente a força de trabalho ou o capital.

A própria reforma administrativa, em debate no Congresso Nacional, implicará igualmente em novo papel para o sistema educacional. A gradativa mudança do conceito de estabilidade, que deve passar a ser compreendida como empregabilidade — a capacidade de o profissional conseguir um bom emprego — imputará ao ensino público responsabilidades crescentes pelo equilíbrio social do país.

Sob a influência dessa nova era — o futuro que bate à nossa porta e já principia a exigir mudanças na organização do Estado — delicada transformação está ocorrendo em nossa sociedade: enquanto a população cresce a uma média de 1,9% ao ano, o número de idosos aumenta mais de 3% anualmente.

Com o crescimento vegetativo da população brasileira mais lento e com o aumento da expectativa média de vida dos brasileiros — era de 62 anos em 1960 mas em 1991 já alcançava quase 76 — a população brasileira vem envelhecendo, adquirindo maior grau de maturidade.

O desenho da nova pirâmide etária indica que se está aproximando o momento em que a população economicamente ativa (PEA) será a maior que a "inativa" (em geral, a soma do número de idosos com o número de crianças), o que significa dizer que o

Brasil está prestes a atingir um estágio de maior capacidade produtiva nos próximos anos.

De nada adiantará, no entanto, se este grupo não estiver adequadamente preparado e dotado de conhecimentos, susceptíveis de garantir ao país o impulso necessário para alcançar os desenvolvidos.

O primeiro passo a ser dado para tanto é evitar as discussões inócuas sobre em que nível de ensino deve se concentrar a atuação governamental. As distorções na área educacional são tantas e as injustiças tão grandes que devemos atacar a questão por todos os flancos possíveis, da alfabetização à profissionalização.

Sabe-se do grande esforço do atual Governo para a recuperação da área educacional no Brasil. Há reservado ao Governo federal, porém, um papel ainda muito maior. Basta dizer que dos cerca de 350 mil estabelecimen-

tos de ensino do país, menos de 500 são orientados pela União. Cumpre ramificar este sistema, estimular a formação acadêmica e científica, multiplicar o número de cursos profissionalizantes e investir no treinamento do próprio funcionalismo.

Esta é a hora de reavaliarmos todo o sistema de ensino público, direcionando seus benefícios a quem realmente deles necessita. É nosso dever garantir a presença do estudante carente também no Terceiro Grau. Para tanto terá importância fundamental a atuação e agilidade de nossos parlamentares.

A ampliação do Crédito Educativo (Credic), que conseguimos aprovar há pouco na Câmara dos Deputados, depois de seis meses de discussões, é uma medida simples, que permitirá a mais 150 mil estudantes por ano o acesso ao ensino de Terceiro Grau. O financiamento com juros baixos, a ampliação do prazo de amortização e a bolsa extra de até R\$ 100 por mês para o estudante são inovações que devemos procurar para outros segmentos da educação.

Em 1996 serão 250 mil pessoas que terão a oportunidade de se formar com a segurança do stu-

do financiado — uma vitória dos jovens carentes. A ampliação do Credic é um passo decisivo no rumo da igualdade das oportunidades de ensino e emprego no Brasil, reafirmando que só haverá uma distribuição mais justa de renda quando o conhecimento for igualmente acessível a todos.

É chegado também o momento de valorizarmos o professor, fonte primária do saber, e avaliar a qualidade do ensino praticado nas universidades, como propõe o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, justamente preocupado com o conhecimento e competência adquiridos pelos alunos nas últimas séries dos cursos de graduação.

Esse posicionamento deve ser assumido com urgência a partir da compreensão dessa nova perspectiva global, que promove a informação e o conhecimento ao nível de diferencial.

Sob pena de o Brasil, neste final de século, confrontar-se com a necessidade de um novo grito de independência.

ARYTON XERÊZ é deputado federal pelo PSDB-RJ e autor de projeto de lei que amplia o Crédito Educativo para estudantes carentes (Credic).